

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos de transformação do mundo do trabalho [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-438-2 DOI 10.22533/at.ed.382190307 1. Direitos humanos. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 331
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho** corresponde a uma coletânea que reúne vinte e nove capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade com diálogos e desdobramentos no universo do trabalho.

A temática do trabalho e seus desdobramentos correspondem a elementares sensíveis na comunidade contemporânea, sobretudo no nosso país e nesse momento de intensa atuação de uma política neoliberal que, baseada no discurso de estado mínimo, promove sucessivas tentativas de minorar os direitos sociais historicamente conquistados.

É tomada por essa discussão permeada pelo trabalho como eixo norteador, mas que também alcança comentários sobre empreendedorismo, informalidade, situações vastas e particularidades do exercício da labuta, reabilitação profissional, justiça, precarização do trabalho, fundos de pensão e previdência, políticas públicas e educação, dentre outros, que se dá a construção da obra agora disponibilizada aos nossos leitores.

Sem delongas, e abordando os capítulos, temos:

- **O DESEMPENHO CANSADO**, de Aline Cristina Domingues e Maria Valéria Barbosa, propõe um estudo que versa sobre o trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva da “sociedade do desempenho” na pós-graduação.
- **UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO**, de Thiago Brandão Peres, discute informalidade e empreendedorismo no Brasil e como se dá os desdobramentos dessas ações nos planos políticos.
- Vanessa de Faria Berto, em **NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA” – SÃO PAULO**, apresenta a precariedade do trabalho informal e temporário realizado por mulheres em oficinas comunitárias.
- **INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS**, de Samanta Silva da Rosa, Tiarajú Alves de Freitas e Daniele Mendes Caldas Antunes, aborda o empreendedorismo no municípios do sul do país, precisamente no Rio Grande do Sul, sendo este relevante para o grau de desenvolvimento socioeconômico que a região detém.
- **TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL**, de Willians Alexandre B. da Silva, centra comentários sobre e regulamentação tardia do trabalho doméstico com o apoio de categorias como gênero, raça e classe social.

- **USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ONDOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO**, de Arthur Eric Costa Wanderley, Ingrid Ferreira Leite, Mayssa Galvão Pimentel, Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto e Natália Karol de Andrade, destina atenção para a relevância da tecnologia e da modernidade, dando os sistemas CAD/CAM como exemplos de ações possíveis para a redução de infecções no exercício da odontologia estética.
- Dando destaque às particularidades das atividades relacionadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Elizama dos Santos Costa, Mirelly Mineiro Penha, Tatyane Silva Rodrigues, Grazielle de Sousa Costa, Thalita Kelly Monteiro Silva, Marina Vieira Ferreira, Mickaelle Bezerra Calaça e Pâmela Suelem Nascimento Vieira, em **TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS**, verificam danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse como sendo os riscos ocupacionais que os trabalhadores dessa atividade estão mais suscetíveis de exposição.
- Através de uma pesquisa que compreendeu uma amostragem de 180 (cento e oitenta) operadores de telemarketing, Maria Áurea Catarina Passos Lopes, Maria Juliana Moreira da Costa, Jeovana da Silva Rodrigues, Thais Rodrigues Ferreira, Liliana Gama Oliveira, Ranieli Cavalcante dos Santos e Nataly de Fátima Sousa Martins, em **ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE**, concluíram a presença de fatores que viabilizam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares nessa atuação profissional, sendo necessária a promoção de hábitos saudáveis.
- **OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA**, de Flávia Xavier de Carvalho, Keity Ayumi Akimura e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dialoga sobre a importância do aludido programa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a reinserção de trabalhadores que foram vítimas de acidentes de trabalho e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- **PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015**, de Christiane Karla Spielmann e Flávia Xavier de Carvalho, também estabelece considerações sobre o Programa de Reabilitação Profissional, agora a partir da realidade vivenciada na cidade de Maringá.
- **A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, de Luiz Felipe Monsore de Assumpção, como seu título muito bem sintetiza, trata da reconfiguração institucio-

nal trazida ao Sistema de Inspeção do Trabalho pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Adotando atenção para o fenômeno da terceirização, Magda Barros Biavaschi, Marilane Oliveira Teixeira e Alisson Droppa, em **A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**, comentam a atuação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em momentos, inclusive, anteriores às reformas descritas pelo Congresso Nacional.
- A preservação do *jus postulandi* como condição de acesso à justiça é exposto por Cláudia Glênia Silva de Freitas e Amanda Alves dos Santos em **A MITIGAÇÃO DO *JUS POSTULANDI* NO PROCESSO DO TRABALHO**.
- **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**, de Ana Claudia Alcaide, Vanderlene Moura Silva e Rita de Cássia Arruda Fajardo, reflete sobre os empreendimentos econômicos solidários baseado na ótica da função social.
- **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?**, de Fernanda Barcellos Mathiasi, analisa a categoria social trabalho em Organizações Sociais.
- **NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”**, de Yuri Rodrigues da Cunha, atribui enfoque na atuação e interesses da bancada evangélica presente no Congresso Nacional em relação às reformas trabalhistas pautadas, sendo ela agente que promove conciliação e subalternização das classes populares à reforma, enquanto que o governo pauta as suas exigências moralizantes.
- **FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA**, de Mateus Ubirajara Silva Santana e Paulo Sérgio Fracalanza, problematiza a relação entre fundos de pensão e sindicatos nas primeiras gestões presidenciais petistas e o discurso que legitima as ações políticas tomadas ao longo dos anos.
- **RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**, de Ana Elizabeth Neirão Reymão e João Gustavo Gouveia Loureiro, indaga até que ponto o processo de reforma previdenciária de fato corresponde a uma ação benéfica para os trabalhadores brasileiros e para os seus respectivos interesses.
- **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**, de Rosa Kato e Danielle Carusi Macha-

do, marca posição ao nortear a previdência rural como parte da Seguridade Social, sendo esta importante elemento de minimização da pobreza e desigualdade social.

- Em **POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**, Sérgio Ricardo Gaspar conclui o papel do estado como fomentador de empreendimentos econômicos solidários, sendo esta ação capaz de inserir no mercado grupos historicamente excluídos da atividade.
- **PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS**, por Gustavo Bigetti Guergoletto e Renata Peres Barbosa, como método para o ensino da Administração, propõe análise dos princípios da gestão da economia solidária.
- **DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, de Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho e Nilson Marcos Dias Garcia, infere que políticas públicas de permanência escolar implementadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, voltadas para discentes de cursos técnicos de Jaraguá do Sul, entre os anos de 2011 e 2013, não atingia plenamente a finalidade que tanto buscava.
- **PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO**, de Jacqueline Oliveira Lima Zago e Robson Luiz de França, questiona as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- **PRONATEC APRENDIZ: A PAERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ**, de Janaína Cristina Buiar e Nilson Marcos Dias Garcia, aponta para o programa profissionalizante como formador de trabalho simples, não produzindo assim qualificação para o ambiente de trabalho complexo no qual estamos inseridos na contemporaneidade.
- A proposta de Douglas Gomes Nalini de Oliveira e Vandeí Pinto da Silva, em **DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO**, envolve o pensamento ecológico e as suas contribuições e críticas para a economia clássica.
- **RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000-2016)**, de Carlos Eduardo Marotta Peters, retrata a inclusão de discursos religiosos nas escolas públicas e a construção negativa do outro substanciada nessa perspectiva de

leitura.

- Através de um eixo que perpassa por termos como livro diático, estado, ideologia, educação e classes sociais, Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia, Joel Nunes da Silva e Gabriel Martins, em **O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL**, realizam um estudo com o fito de encontrar respostas para a exclusão do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005), de Mario Schmidt, do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, de Luara Alexandre dos Santos e Lucinéia Maria Lazaretti, explana sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho para docente de educação infantil.
- **O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB**, de Nadine Gualberto Agra, pauta a questão da atuação docente em nível superior privado e o controle de trabalho do profissional em casos de acumulação flexível.

Dentro desse imenso arcabouço que materializa o volume **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O DESEMPENHO CANSADO	
Aline Cristina Domingues Maria Valéria Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3821903071	
CAPÍTULO 2	13
UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO	
Thiago Brandão Peres	
DOI 10.22533/at.ed.3821903072	
CAPÍTULO 3	23
NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”-SÃO PAULO	
Vanessa De Faria Berto	
DOI 10.22533/at.ed.3821903073	
CAPÍTULO 4	34
INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Samantha Silva da Rosa Tiarajú Alves de Freitas Daniele Mendes Caldas Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.3821903074	
CAPÍTULO 5	47
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	
Willians Alexandre B. da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3821903075	
CAPÍTULO 6	61
USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO	
Arthur Eric Costa Wanderley Ingrid Ferreira Leite Mayssa Galvão Pimentel Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto Natália Karol de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.3821903076	
CAPÍTULO 7	73
TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS	
Elizama dos Santos Costa Mirelly Mineiro Penha Tatyanne Silva Rodrigues Grazielle de Sousa Costa Thalita Kelly Monteiro Silva	

Marina Vieira Ferreira
Mickaelle Bezerra Calaça

DOI 10.22533/at.ed.3821903077

CAPÍTULO 8 85

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING
DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes
Maria Juliana Moreira da Costa
Jeovana da Silva Rodrigues
Thais Rodrigues Ferreira
Liliana Gama Oliveira
Ranieli Cavalcante dos Santos
Nataly de Fatima Sousa Martins

DOI 10.22533/at.ed.3821903078

CAPÍTULO 9 95

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA
ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho
Keity Ayumi Akimura
Silvana Souza Netto Mandalozzo

DOI 10.22533/at.ed.3821903079

CAPÍTULO 10 111

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann
Flávia Xavier de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38219030710

CAPÍTULO 11 127

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA
DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.38219030711

CAPÍTULO 12 136

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi
Marilane Oliveira Teixeira
Alisson Droppa

DOI 10.22533/at.ed.38219030712

CAPÍTULO 13 145

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas
Amanda Alves dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.38219030713

CAPÍTULO 14	157
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Ana Claudia Alcaide Vanderlene Moura Silva Rita de Cássia Arruda Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.38219030714	
CAPÍTULO 15	167
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	
Fernanda Barcellos Mathiasi	
DOI 10.22533/at.ed.38219030715	
CAPÍTULO 16	183
NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.38219030716	
CAPÍTULO 17	198
FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA	
Mateus Ubirajara Silva Santana Paulo Sérgio Fracalanza	
DOI 10.22533/at.ed.38219030717	
CAPÍTULO 18	207
RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	
Ana Elizabeth Neirão Reymão João Gustavo Gouveia Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.38219030718	
CAPÍTULO 19	216
EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO	
Rosa Kato Danielle Carusi Machado	
DOI 10.22533/at.ed.38219030719	
CAPÍTULO 20	229
POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO	
Sérgio Ricardo Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.38219030720	

CAPÍTULO 21	243
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS	
Gustavo Bigetti Guergoletto Renata Peres Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.38219030721	
CAPÍTULO 22	255
DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030722	
CAPÍTULO 23	271
PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Robson Luiz de França	
DOI 10.22533/at.ed.38219030723	
CAPÍTULO 24	286
PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ	
Janaína Cristina Buiar Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030724	
CAPÍTULO 25	300
DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO	
Douglas Gomes Nalini de Oliveira Vandei Pinto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.38219030725	
CAPÍTULO 26	317
RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)	
Carlos Eduardo Marotta Peters	
DOI 10.22533/at.ed.38219030726	
CAPÍTULO 27	333
O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL	
Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia Joel Nunes da Silva Gabriel Martins	
DOI 10.22533/at.ed.38219030727	

CAPÍTULO 28 348

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA*

Luara Alexandre dos Santos

Lucinéia Maria Lazaretti

DOI 10.22533/at.ed.38219030728

CAPÍTULO 29 359

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

DOI 10.22533/at.ed.38219030729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 369

O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL

Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis/SC

Joel Nunes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis/SC

Gabriel Martins

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis/SC

RESUMO: No presente trabalho realizamos uma análise crítica acerca da exclusão do guia do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005) do autor Mario Schmidt. Com o objetivo de compreender os motivos da exclusão de um livro didático de caráter mais crítico que os demais que permeiam o referido Programa, analisamos a hipótese dessa exclusão se relacionar com um determinado projeto de educação que a classe dominante possui e que na ocasião se expressou por polêmica levantada por artigo de atual Diretor Geral de Jornalismo do maior grupo de comunicação do Brasil, o grupo Globo (2007). Para isso, além de utilizar como alicerce teórico autores da tradição marxista, cotejamos o último edital que possibilitou que a obra analisada entrasse no guia do PNLD com o edital subsequente à exclusão desta obra e expomos a relação

que a Educação formal, consciência e classes sociais, de modo a expor o caráter do Estado enquanto árbitro tanto amortecedor do conflito de classes, como também de ente que arbitra em favor das classes dominantes.

PALAVRAS-CHAVE: Livro didático; Estado; ideologia; Educação; classes sociais.

ABSTRACT: In 2012, Mario Schmidt's book "New History Criticism" (2005) was excluded from the catalog of the Brazilian guide of the National Program of Didactic Book (PNLD), which was part of it since 2007. This exclusion occurred after controversy raised by the publication of an article by the current General Director of Journalism of the largest communication group in Brazil, the Globo Group (2007). To understand the reasons for this, we analyzed the hypothesis of this exclusion relating to a specific education project: the dominant class educational project in Brazil, and the discontentment of the dominant class with Schmidt's the book was expressed by the largest communication group in the country just before the exclusion of the book. For this analysis, we compare the last announcement that allowed this book in the PNLD, with the announcement that denied the same textbook in PNLD. In this article, we expose the relationship that formal education, consciousness and social classes, and the nature of the State, just as

expressed in Karl Marx's philosophy.

KEYWORDS: Textbook; State; Ideology; Education; Social classes.

1 | INTRODUÇÃO

Dentro do campo do marxismo, são múltiplas as temáticas que possibilitam o desenvolvimento de um trabalho que pretenda contribuir com a superação da atual sociabilidade. Dentre essas múltiplas temáticas, a relação entre consciência e educação - ou de maneira mais específica, como a educação interfere na formação da consciência da classe trabalhadora - é tema de suma importância na elaboração de uma estratégia de ação para todos aqueles que se consideram herdeiros do pensamento revolucionário de Marx e Engels.

No presente trabalho, destacaremos algumas categorias – consciência, trabalho, divisão do trabalho, propriedade privada e classe -, que segundo nosso entendimento são fundamentais para compreender a relação entre Educação e Estado. Após realizarmos uma breve apresentação de nossa interpretação acerca dessas categorias na tradição marxista, buscaremos exemplos empíricos para demonstrar a relação expressa pela teoria. Assim, a partir da análise dos aspectos burocráticos da exclusão do livro didático de história *Nova história crítica*, de autoria Mario Schmidt do guia do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD; e da repercussão desse livro para um dos representantes do pensamento da classe dominante – o jornalista do jornal *O Globo*, Ali Kamel – tentaremos demonstrar um aspecto da educação no modo de produção capitalista, o aspecto de ser um meio pelo qual o pensamento da classe dominante é interiorizado pela classe explorada.

2 | DA CONSCIÊNCIA À EDUCAÇÃO, E DA EDUCAÇÃO À CONSCIÊNCIA

Um trabalho sobre algum dos muitos temas que se pode ligar à análise da educação pode facilmente se desviar da problemática central proposta e cair no grande debate para definir o que exatamente é a educação. Para evitar esse problema, adotamos como caminho metodológico partir de uma um fenômeno puramente humano que em muitos aspectos – principalmente no modo de produção capitalista – se relaciona diretamente com a educação: o fenômeno da consciência. Nas palavras de Iasi (2007)

Procuraremos entender o fenômeno da consciência como um movimento e não como algo dado. Sabemos que só é possível conhecer algo se o inserirmos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ela se tornou o que é; assim é também com a consciência: ela não “é”, “se torna”. Amadurece por fases distintas que se superam, através de formas que se rompem, gerando novas, que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações. Longe de qualquer linearidade, a consciência se movimenta trazendo consigo elementos de fases superadas, retomando, aparentemente, as formas que abandonou. (IASI, 2007, p.12-13)

Aderimos à concepção sintetizada por Iasi, compreendendo que não os estudos sobre a Educação iniciam pela compreensão histórica da consciência e que estes não podem ser resumidos a fenômenos imediatos ou facilmente perceptíveis, embora estes sejam fundamentais para partir da realidade concreta e compreender os fenômenos do atual modo de produção. Afinal, se não for considerado o fato de que tais fenômenos são frutos de processos históricos corremos o risco de cair em análises empiristas que apesar de oferecer uma descrição, em muitos casos, bem detalhada daquilo que se estuda, deixa muito a desejar quando o objetivo é compreender da maneira mais completa possível o objeto da pesquisa. Mas mesmo considerando a consciência como um processo histórico e um fenômeno que se altera de acordo com múltiplas determinações históricas seria possível delimitar, de uma maneira geral, o que seria a consciência? Marx e Engels (2007) respondem assim à essa indagação ao apontarem que:

Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens. A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível *mais imediato* e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que inicialmente, se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e diante do qual se deixam impressionar como gado; é desse modo, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural) – e, por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade. (MARX; ENGELS, 2007, p.35)

Considerando, portanto, a consciência enquanto produto histórico-social, para compreendê-la é necessário estudá-la juntamente com a história do homem e não como uma entidade autônoma e estranha. A partir desses pressupostos é possível demarcar historicamente o início do presente estudo: se é necessário atrelar a compreensão sobre a consciência com a história do homem então o início de qualquer estudo sobre a consciência deve ser o primeiro ato histórico do homem, ou nas palavras de Marx e Engels (2007) “a produção da própria vida”.

Ao fazer, baseado no trabalho, a sua história e ao produzir sua vida, o ser humano deve se relacionar com a natureza e com outros seres humanos e nessas relações - que vão se desenvolvendo ao longo do processo de produção da vida e da história do ser social - é que, como vimos anteriormente, a consciência vai se desenvolvendo. Sendo importante ressaltar que o trabalho, além ser uma atividade puramente humana em que o homem não só transforma a natureza como também se torna cada vez mais independente dela - é também nas palavras de Lukács (2010) o “fato ontológico fundante do ser social”:

Este, como Marx demonstrou, é um pôr teleológico consciente realizado, que, quando parte de fatos corretamente reconhecidos no sentido prático e os avalia corretamente, é capaz de trazer à vida processos causais, de modificar processo,

objetos etc, do ser que normalmente só funcionam espontaneamente, e transformar entes em objetividades que sequer existiam antes do trabalho. (Seria enganoso, aqui, pensar apenas em formas de trabalho altamente desenvolvidos. A roda que não existe em parte alguma da natureza, foi, por exemplo, inventada e produzida em fases relativamente iniciais). Portanto, o trabalho introduz no ser a unitária inter-relação, dualisticamente fundada, entre teleologia e causalidade, antes de seu surgimento havia na natureza apenas processos causais. Em termos realmente ontológicos, tais complexos duplos só existem no trabalho e em suas consequências sociais, na práxis social. O modelo do pôr teleológico modificador da realidade torna-se, assim, fundamento ontológico de toda práxis social, isto é, humana. Na natureza, em contrapartida, só existem conexões, processos etc, causais, nenhum de tipo teleológico. (LUKÁCS, 2010, p.43-45)

Então o trabalho não apenas diferencia o ser social do restante da natureza, mas é por meio dele que o ser humano inicia o seu desenvolvimento histórico (não da maneira como deseja, pois mesmo existindo a teleologia em suas ações em momento algum os processos causais deixam de fazer parte de sua realidade). Logo, se é por meio do trabalho que o homem produz e reproduz os seus meios de vida, o desenvolvimento das formas como o trabalho se apresenta nas diferentes sociedades me parece ser uma chave fundamental na compreensão do processo de consciência. Para compreender melhor essa relação, se faz necessário retomar os escritos de Marx e Engels (2007) quando os autores afirmam que:

Essa consciência de carneiro ou consciência tribal obtém seu desenvolvimento e seu aperfeiçoamento ulteriores por meio da produtividade aumentada, do incremento das necessidades e do aumento da população, que é a base dos primeiros. Com isso, desenvolve-se a divisão do trabalho, que originalmente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual e, em seguida divisão do trabalho que, em consequência de disposições naturais (por exemplo, a força corporal), necessidades, casualidades etc. etc., desenvolveu-se por si própria ou “naturalmente”. A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho manual e [trabalho] espiritual. A partir desse momento, a consciência *pode* realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. “puras”. (MARX; ENGELS, 2007, p.35-36)

O desenvolvimento da consciência está, portanto, imbrica à divisão do trabalho, ou como definem os próprios autores, são expressões distintas do mesmo processo histórico-social. Esse desenvolvimento, entretanto, não se limita à divisão do trabalho, conforme afirmam os autores na seqüência

[...] com a *divisão do trabalho* está dada a possibilidade, e até a realidade, de que as atividades espiritual e material – de que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes, e a possibilidade de que esses momentos não entrem em contradição reside somente em que a divisão do trabalho seja novamente supressumida [*aufgehoben*]. É evidente, além disso, que “espectros”, “nexos”, “ser superior”, “conceito”, “escrúpulo” são mera expressão espiritual, idealista, a representação aparente do individuo isolado, a representação de cadeias e limites muito empíricos dentro dos quais se movem o modo de produção da vida e a forma de intercâmbio a ele ligada.

Com a divisão do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez, se baseiam na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto está dada a propriedade [...] (MARX; ENGELS, 2007, p.36)

Mesmo “em condições de emancipar-se do mundo” (MARX; ENGELS, 2007), no entanto, as determinações da consciência continuam sendo materiais - aumento da produção, divisão do trabalho, propriedade. Logo, ao mesmo tempo em que o fator histórico não deve ser perdido em momento algum durante um estudo sobre consciência é importante também buscar a materialidade das relações que a determinam, pois o desenvolvimento histórico das relações materiais nas quais os homens estão inseridos é a base para uma real compreensão do processo de formação da consciência.

Para o atual estágio do presente trabalho, que visa relacionar o fenômeno da consciência com a educação para compreender um problema atual e um fato aparentemente pontual, é fundamental compreender como se apresentam as relações entre a divisão do trabalho e a propriedade no modo de produção capitalista. Obviamente a história da humanidade não saltou das primeiras formas de divisão do trabalho e propriedade para o modo de produção capitalista, da mesma forma que o banqueiro é fruto do desenvolvimento dos hominídeos. Nesse sentido, o ser humano apresentou formas variadas de lidar com esses dois elementos enquanto produzia e reproduzia a sua vida, porém o desenvolvimento da “distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos” (MARX; ENGELS, 2007) possibilitou a divisão da sociedade em classes cujos interesses em muitos casos se tornam antagônicos, como é o caso da sociabilidade hodierna (capitalista).

Dessa conclusão deriva a máxima que “a história da humanidade é a história da luta de classes”, presente no *Manifesto comunista* de Marx e Engels (1984). Conforme os conflitos entre as classes, a *luta de classes*, se desenvolvem, as classes dominantes buscam formas de manter as relações de produção da vida como estão, ao passo que as classes exploradas buscam a superação das relações dadas, e quando estes antagonismos chegam a um patamar em que a existência das classes ficam ameaçados surge de dentro da sociedade uma força que se coloca acima dela, esta força é o Estado. Engels (1982) faz referência a essa ideia quando diz que:

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da idéia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

Ora, se essa força oriunda do interior da sociedade e posta acima dela para conciliar os conflitos de classes, sendo que esse antagonismo se evidencia no fato de que uma classe é dominante e a outra dominada – simplificando esse conflito, já que a divisão social do trabalho pode gerar mais do que apenas duas classes e que essa relação também produz dependências mútuas - essa conciliação mediada pelo Estado evidentemente acaba pendendo para a classe dominante. Logo o Estado se torna um instrumento da classe dominante para manter a divisão social do trabalho no estágio que mais lhe beneficie.

Essa característica do Estado é presente inclusive na manifestação do mesmo no modo de produção capitalista, como fica evidente na explanação de Mészáros (2011):

[...] o Estado burguês encontra apoio entre os vários grupos do trabalho sobretudo em virtude da “proteção” que ele proporciona, sustentando juridicamente e salvaguardando a estrutura objetivamente estabelecida da divisão do trabalho. Basta lembrar a grande variedade de medidas adotadas pelo Estado com respeito a isso, desde o salário mínimo e a legislação do seguro social até a criação de tarifas protecionistas e outras barreiras nacionais, e desde a administração interna da relação de forças contra os “excessos” até a participação em empreendimentos internacionais que garantem maior vantagem à classe dominante nacional, oferecendo ao mesmo tempo alguma vantagem à força de trabalho nacional. (MÉSZÁROS, 2011, p.1058)

Torna-se evidente, após essa passagem, o caráter por vezes conciliador do Estado que, mesmo servindo aos interesses das classes dominantes, não se utiliza apenas de formas truculentas para a manutenção da ordem vigente, aliás, quanto menos conflitos escancarados na “internalização” do pensamento dominante melhor para a manutenção da ordem.

Neste sentido, uma adequada análise da totalidade da educação e seu papel junto à formação da consciência mais relevante e premente torna-se retornar aos escritos de Marx e Engels (2007) quando afirmam que:

As ideias da classe dominantes são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes, não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX; ENGEL, 2007, p. 47)

À essa denominação do pensamento dominante é pertinente acrescentar o seguinte trecho de Mészáros (2008) sobre educação:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu

todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta. (MÉSZÁROS, 2008, p.35)

Em síntese do que foi exposto até o momento, é possível perceber que as relações de produção no capitalismo - enquanto sociedade de classes - assumiram uma forma em que toda sua sociabilidade é forjada com fins de manutenção das relações de classe que constituem tal sociabilidade. Sendo assim, se a consciência enquanto processo está ligada às formas como a divisão do trabalho e a propriedade historicamente se apresentam, e estas duas por sua vez são asseguradas por diversos instrumentos da classe dominante em diferentes períodos, e que no atual modo de produção o Estado tem um papel fundamental na manutenção da divisão do trabalho e da propriedade tipicamente capitalistas e sendo a educação escolar regulamentada pelo Estado, se torna evidente a primeira ligação entre consciência e educação: a educação, enquanto institucionalização do Estado capitalista de formação de indivíduos, atua em favor da formação de uma consciência capitalista, em que pese valores e ideais que não apontem para a superação do capitalismo.

A intenção do presente trabalho não é, porém, tornar evidente uma relação tão genérica. O presente artigo tem como intenção pintar um quadro o mais detalhado possível desta relação. Mézáros (2006) deixa essa necessidade bem clara:

A educação formal está profundamente integrada na totalidade dos processos sociais, e mesmo em relação à consciência do indivíduo particular suas funções são julgadas de acordo com sua *raison d'être* identificável na sociedade com um todo. (MÉSZÁROS, 2006, p.275)

Afirmar que a educação nos dias atuais exerce uma grande influência na formação da consciência é fácil, porém tomá-la como único fator nesta formação é um erro. Ao nos propormos a analisar a “totalidade dos processos sociais” (MÉSZÁROS, 2006) não temos, entretanto, a ousadia de analisar todos os processos sociais, mas sim de realizar um trabalho consciente de que são múltiplas as determinações na relação entre consciência e educação e que dentre essas múltiplas determinações, a exclusão do livro didático de história *Nova história crítica* do guia do PNLD pode ser caracterizada como um fato que exemplifica muito bem os interesses de classe que rondam a educação e que, portanto, desvela uma das pontas de luta de classes e da educação tanto na manutenção da sociabilidade capitalista quanto de instrumento para seu enfrentamento.

3 | NOVA HISTÓRIA CRÍTICA NO CATÁLOGO DO PNLEM DE 2008

No presente item analisaremos a inserção do livro *Nova história crítica* no catálogo do Plano Nacional do Livro de Ensino Médio, desenvolvido com o objetivo de universalizar os mesmos conteúdos básico em todo o território nacional brasileiro (BRASIL, 2014).

No ano de 2008 o livro *Nova história crítica* era uma das indicações do catálogo do Plano Nacional do Livro de Ensino Médio (PNLEM) que viria a ser substituído pelo guia de livros didáticos do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) (BRASIL, 2014). No primeiro catálogo (PNLEM) encontramos uma resenha sobre o livro para orientar educadores que escolhessem o referido livro para trabalhar com suas turmas. A resenha começa da seguinte maneira:

Essa obra compõe-se de volume único de História integrada, organizado em 56 capítulos, dispostos cronologicamente desde “As grandes origens” até “Mundo atual”. Ela problematiza o conhecimento histórico e valoriza a diversidade de possibilidades interpretativas e a atuação dos homens comuns como agentes históricos. Estabelece constante diálogo entre o passado e o presente e relaciona os conteúdos históricos à realidade atual e aos saberes do aluno. Ao longo do texto e das atividades, dá-se importância à interdisciplinaridade e verifica-se a incorporação da produção historiográfica recente. É priorizado o ensino *voltado para a formação do aluno autoconsciente e crítico*. No entanto, certas simplificações explicativas, somadas à ausência de discussão de fontes e de indicações bibliográficas no Livro do Aluno, prejudicam, em parte, alguns dos objetivos traçados. Os exercícios propostos não estimulam suficientemente o desenvolvimento de algumas habilidade, como a formulação de hipóteses e a produção de textos; tampouco incentivam a socialização dos alunos. (BRASIL, 2014. p.100. Grifos nossos).

Partindo do pressuposto que o livro didático é uma política educacional feita por um Estado capitalista e que o objetivo desse Estado na luta de classes é pender para o lado da classe capitalista, auxiliando na interiorização do pensamento dominante, o objetivo de formar um *aluno autoconsciente e crítico* não nos parece estar de acordo com os interesses da classe dominante, ao que retornaremos a esse ponto posteriormente.

No momento é interessante ressaltar que o referido livro, ao mesmo tempo em que contribui para uma formação autoconsciente e crítica, não estimula suficientemente o desenvolvimento de algumas habilidades, como a formulação de hipóteses e a produção de textos; tampouco incentiva a socialização dos estudantes, o que aparenta ser um contrassenso, afinal, ao criticar não se formula uma hipótese de que no mínimo algo está errado? Em uma sociedade onde o individualismo é tão forte, se tornar crítico e autoconsciente não é justamente criticar o individualismo e perceber a importância da socialização?

Enfim, aparentemente o livro atendeu aos requisitos de conteúdo e metodologia e a impressão que se tem é que no catálogo o objetivo é desestimular o uso do livro, mesmo caindo em algumas contradições, como criticar o uso de fontes pelo autor em

um parágrafo e elogiar as fontes selecionadas em outro.

Para finalizar a análise do catálogo selecionamos o último parágrafo da resenha que demonstra bem como o Estado vê o processo de ensino-aprendizagem:

Ao escolher essa obra, o professor poderá contar com recurso adequado à preparação do aluno para o exame vestibular. O seu emprego favorece a problematização e o debate sobre novos temas e objetos da História. Desse modo, o professor pode estimular o diálogo entre o passado e o presente. As sugestões de leitura no Manual do professor constituem auxílio importante para reforçar as discussões sobre a diversidade de interpretações.

Contudo, o professor deve estar ciente da abrangência dos conteúdos, que devem ser por ele selecionados. As atividades sugeridas deverão ser complementadas por propostas que incluam trabalhos coletivos, de forma a promover a interação dos alunos e a exploração de outras linguagens. Da mesma maneira, o professor poderá tirar proveito do conjunto de recursos visuais e dos textos complementares na obra. (BRASIL, 2014. p.103)

Em um primeiro momento, já salta aos olhos o vestibular como objetivo final em um processo de ensino-aprendizagem, que no atual modelo desse processo seletivo não há qualquer estímulo para uma real aprendizagem, e sim, ao menos no campo da História, um método positivista que exalta o decorar em detrimento do compreender os processos históricos com fins de marcar repostas certas em detrimentos de respostas erradas. Outro aspecto que chama muito à atenção é a importância que o catálogo coloca no livro didático, como se um manual pudesse orientar a totalidade de uma aula ministrada por um professor, independente da localidade e do perfil dos estudantes que ele encontrasse. Ao sugerir que o professor busque atividades complementares ao livro didático, o catálogo passa a impressão de que pode existir um livro didático que guie a totalidade da aula de um professor, ou seja, uma visão totalmente mecanicista do que é uma sala de aula.

Obviamente essa visão mecanicista de uma sala de aula não é sem propósito, além de internalizar o pensamento dominante, a educação também tem a função de qualificar minimamente as futuras forças de trabalho, logo, uma educação mecanicista ajuda na adaptação para um ambiente de trabalho que a divisão social do trabalho tornou extremamente mecanizado e sem propósito.

4 | OS EDITAIS E A EXCLUSÃO

Se a resenha de 2008 do livro não apontou nenhuma grande falha em seu conteúdo e/ou metodologia que justificasse a sua exclusão, uma hipótese plausível para justificar a exclusão seria uma mudança drástica nos editais para selecionar os livros que entraram no guia do novo Plano Nacional, o PNLD.

Comparando os editais de 2007 e o de 2012 é possível notar uma grande diferença entre os dois. Enquanto o edital de 2007 enumera critérios para os livros da área de História como: (a) adequação pedagógica e metodológica; (b) atualização

historiográfica; (c) conceitos utilizados; (d) fontes; (e) mapas e (f) padrões técnicos ao longo de sete páginas que detalham minuciosamente cada um dos itens que serão avaliados. O edital de 2012 elenca os mesmos critérios em apenas duas páginas.

Entre 2007 e 2012 o edital ficou menos exigente e mesmo assim, um livro presente no catálogo de 2008 está excluído do guia de 2012. Portanto, a compreensão das causas da exclusão do livro *Nova história crítica* se encontram além do PNLD.

5 | UMA CRÍTICA GLOBAL

Embora até o momento eu tenha tratado a educação como um instrumento de interiorização do pensamento da classe dominante, ela não é o único. A burguesia possui outros aparelhos ideológicos, e quando tratamos da categoria ideologia aderimos à sua concepção nos termos do filósofo húngaro Lukács (2010):

Assim como Marx as determinou no prefácio de *Para crítica da economia política*, como ferramentas “nas quais os seres humanos se conscientizam desse conflito” (isto é, daquele que emerge do ser social) “e o combatem”. Essa determinação abrangente de Marx – e esse é o elemento mais importante de sua ampla aplicabilidade – não dá nenhuma resposta unívoca à questão da correção ou falsidade metodológica e objetiva das ideologias. Ambas são igualmente possíveis na prática. Assim, as ideologias em nosso caso podem proporcionar tanto uma aproximação do ser como um afastamento dele. (LUKÁCS, 2010, p.38).

E prossegue adiante que “a ideologia é antes uma forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social dos homens consciente e operativa” (LUKÁCS, 2010). Ou seja, segundo o entendimento de Lukács, o surgimento da classe operária o proletário “é ao mesmo tempo sujeito e objeto de seu próprio conhecimento” (FREDERICO, 1997, p. 13), sujeito este que se organiza pensando na classe e, mais que isso, um pensador coletivo. Entretanto, a burguesia se utiliza de mecanismos ideológicos para que não ocorra esta coletividade atacando justamente a educação e a colocando de forma que atenda seus interesses, com a internalização da ideia da classe dominante, ou em outras palavras, a internalização da ideologia dominante, não faz dessa ideologia uma ideia falsa, mas, antes, uma ideia que segue a um propósito, que dá base e orientação à ação (individual ou coletiva) dos seres humanos.

Assim, os aparelhos ideológicos, não falseiam a realidade, mas potencializam determinada ação, de acordo com a concepção histórico-social dos agentes da ação. Ao que, por vezes, sujeitos atuam contra sua própria posição econômica e social. Vejamos o que ainda na década de 1960 (1969), no livro *Conversando com Lukács* (2014), já aparece tal interesse e as formas de manipulação também no campo literário:

Até aqui, o problema da luta de classes concentrava na luta pela mais-valia absoluta, baseava-se na identidade de interesse da classe operária em face da luta contra o capitalismo; e a transformação do capitalismo numa sociedade era, para todos, um fato de evidência quase imediata. Na nova situação, ao que parece, esta identidade não é mais imediata e a formação da consciência de classe torna-se

muitíssimo mais difícil, sobretudo em virtude do fato de que a indústria dos bens de consumo, que manipula a liberdade no campo da literatura, por exemplo, conduz a uma permanente redução das potencialidades espirituais da grande maioria da população. (Lukács, 2014, p. 99).

Aqui se expressa o interesse de tal exclusão do livro didático por traz desta campanha feita por Ali Kamel o interesse econômico prevalece. Interesses estes que solapam a própria classe em que este(s) sujeito(s) se encontra, de acordo com sua posição na divisão do trabalho. Esse tipo de ação faz Montaño e Duriguetto (2011) elaborarem o conceito de ideologia enquanto *falsa consciência*.

“A noção de “falsa consciência” não significa, portanto, um conhecimento “falso” do real, mas *uma compreensão a partir dos interesses hegemônicos da burguesia*, criando um conhecimento parcial, segmentado, naturalizado, algo abstrato, que esconde a essência, vendo apenas a aparência das coisas, que trata as conseqüências como causas, por conseguinte, que não permite compreender os fundamentos da realidade nem permite a possibilidade de transformação da ordem social.” (p.109)

A adoção de falsa consciência pelos autores remete-se, portanto, não a uma concepção de certo ou de errado, mas, nos mesmos termos de Lukács (2010, p. 38) de aproximação ou distanciamento do ser de si mesmo. E essa *falsa consciência* pode ser produzida por instrumentos como a imprensa. Não há como negar que na sociedade capitalista a imprensa também é um forte instrumento de internalização da ideologia dominante. E é a imprensa que pode ser a chave para compreender a exclusão do livro didático analisado do guia do PNLD.

E em 18 de setembro de 2007 o jornalista Ali Kamel publica um artigo no jornal *O Globo* intitulado *O que ensinam às nossas crianças*. O jornalista inicia seus ataques ao livro didático *nova História crítica* da seguinte maneira:

Não vou importunar o leitor com teorias sobre Gramsci, hegemonia, nada disso. Ao fim da leitura, tenho certeza de que todos vão entender *o que se está fazendo com as nossas crianças* e com que objetivo. O psicanalista Francisco Daudt me fez chegar às mãos o livro didático “Nova História Crítica, 8ª série” distribuído gratuitamente pelo MEC a 750 mil alunos da rede pública. O que ele leu ali é de dar medo. Apenas uma tentativa de fazer nossas crianças acreditarem que o capitalismo é mau e que a solução de todos os problemas é o socialismo, que só fracassou até aqui por culpa de burocratas autoritários. Impossível contar tudo o que há no livro. (KAMEL, 2007. Grifos nossos).

Em primeiro lugar é importante salientar, apesar do jornalista fazer a crítica especificamente para a edição da 8ª série, toda a coleção –do ensino fundamental e do médio - foi excluída, e já que a edição do ensino médio é publicada em volume único, optamos por utilizar os editais e guias do ensino médio para facilitar a pesquisa.

Na sequência do artigo, o jornalista, profundamente preocupado com as *nossas crianças*, lista fatos históricos ligados à movimentos socialista, criticando a perspectiva que o autor adota em relação aos fatos e não fazendo uma crítica à metodologia histórica

adotada pelo autor do livro, perspectiva claramente marxista, mas questionando os fatos históricos. A crítica a atém-se basicamente ao livro supostamente “defender” o regime cubano.

Não resta dúvida que esse ataque ideológico ao livro fica restrito ao campo do senso comum, em momento algum o jornalista se propõem a fazer um debate teórico sério sobre historiografia e interesses de classe na concepção histórica. Se houvesse uma análise mais profunda, seria perceptível que tanto na edição do ensino fundamental, quanto na do ensino médio, quando Mario Schmidt aborda o surgimento do Estado, o capítulo inteiro é baseado na obra de Engels com o título no Brasil de *A origem da família, do estado e da propriedade privada*; ainda, se a proposta fosse de uma crítica séria, haveria de se mencionar que a passagem da chamada antiguidade para a Idade Média no livro deixa bem clara o método dialético – mesmo que dentro da própria historiografia marxista existam críticas ao que o autor produziu. Mas não, Kamel (2007) não pareceu ter condições de debate sobre método de pesquisa em História, ou sobre fatos marcantes da história humana. O autor nem mesmo identificou bases teóricas no que diz respeito a fontes e metodologia. Kamel somente se horrorizou com o fato de livro em questão abordar as conquistas das sociedades que realizaram revoluções com objetivos socialistas, sem mencionar o quanto o socialismo produz horrores na cabeça de *nossas crianças*.

Mas o medo difundido no ultimo parágrafo do artigo é algo puramente político

Nossas crianças estão sendo enganadas, a cabeça delas vem sendo trabalhada, e o efeito disso será sentido em poucos anos. É isso o que deseja o MEC? Se não for, algo precisa ser feito, pelo ministério, pelo congresso, por alguém. (KAMEL 2007. Grifos nossos).

Mas o que temia o jornalista em questão? Que *nossas crianças*, a partir de um livro que apresentassem outros pontos de vista que não o consensuado pela ideologia burguesa fizessem uma revolução de cunho socialista? A preocupação do jornalista aqui nos pareceu muito mais a expressão do medo que a burguesia sente de uma ofensiva socialista do que uma genuína preocupação com o fato de *nossas crianças* serem enganadas. Segundo Lukács (1969) após a crise de 1929 aconteceram mudanças no capitalismo atuar o que ou em suas palavras foram:

Hoje, com uma semana de cinco dias e um salário adequado, já pode existir as condições indispensáveis para uma vida cheia de sentido. Mas surge um novo problema: aquela manipulação que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais ergue uma existência rica e cheia de sentido. Com efeito, a manipulação do consumo não consiste, como se pretende oficialmente, no fato de querer informar oficialmente qual é o melhor frigorífico ou a melhor lamina de barbear; o que está em jogo é a questão do controle da consciência. (Lukács, 1969, p. 67).

Kamel (2007) teme as crianças quando elas vierem a ser adultas, ele teme “o efeito disso [...] em poucos anos”, e, como ideólogo da classe capitalista, alerta a todos

para a necessidade de tal livro ser extirpado das escolas brasileiras. E, para isso, clama, em um dos maiores jornais brasileiros, para que o Estado, aquele Estado que tem de arbitrar em prol da classe capitalista, arbitre em prol da classe capitalista. “Algo preciso ser feito, pelo ministério, pelo congresso, por alguém”. E foi.

Na época do texto de Kamel (hoje Diretor geral de jornalismo do grupo Globo), o autor do livro *Nova História Crítica*, Mário F. Schmidt, percebeu que a crítica contundente a seu livro poderia significar a exclusão do mesmo dos catálogos nacionais de livro didático e redigiu sua resposta pública, não somente em defesa de sua obra, como também dos métodos de escolha dos livros didáticos, já temendo a retirada dos catálogos nacionais:

Nova História Crítica da Editora Nova Geração não é o único nem o primeiro livro didático brasileiro que questiona a permanência de estruturas injustas e que enfoca os conflitos sociais em nossa história. Entretanto, é com orgulho que constatamos que nenhuma outra obra havia provocado reação tão direta e tão agressiva de uma das maiores empresas privadas de comunicação do país.

Compreendemos que o sr. Ali Kamel, que ocupa cargo executivo de destaque nas Organizações Globo, possa ter restrições às posturas críticas de nossa obra. Compreendemos até que ele possa querer os livros didáticos que façam crer ‘que socialismo é mau e a solução para tudo é o capitalismo’. Certamente, nossas visões políticas diferem das visões do sr. Ali Kamel e dos proprietários da empresa que o contratou. O que não aceitamos é que, em nome da defesa da liberdade individual, ele aparentemente sugira a abolição dessas liberdades.

Não publicamos livros para fazer crer nisso ou naquilo, mas para despertar nos estudantes a capacidade crítica de ver além das aparências e de levar em conta múltiplos aspectos da realidade. Nosso grande ideal não é o de Stálin ou de Mao-Tsé Tung, mas o de Kant: que os indivíduos possam pensar por conta própria, sem serem guiados por outros.

Assim, em primeiro lugar exigimos respeito. Nós jamais acusaríamos o sr. Kamel de ser racista apenas porque tentou argumentar racionalmente contra o sistema de cotas nas universidades brasileiras. E por isso mesmo estranhamos que ele, no seu inegável direito de questionar obras didáticas que não façam elogios irrestritos à isenção do Jornal Nacional, tenha precisado editar passagens de modo a apresentar *Nova História Crítica* como ridículo manual de catecismo marxista. Selecionar trechos e isolá-los do contexto talvez fosse técnica de manipulação ultrapassada, restrita aos tempos das edições dos debates presidenciais na tevê. Mas o artigo do sr. Ali Kamel parece reavivar esse procedimento. Ele escolheu os trechos que revelariam as supostas inclinações stalinistas ou maoístas do autor de *Nova História Crítica*. Por exemplo, omitiu partes como estas: ‘A URSS era uma ditadura. O Partido Comunista tomava todas as decisões importantes. As eleições eram apenas uma encenação (...). Quem criticasse o governo ia para a prisão. (...) Em vez da eficácia econômica havia mesmo era uma administração confusa e lenta. (...) Milhares e milhares de indivíduos foram enviados a campos de trabalho forçado na Sibéria, os terríveis Gulags. Muita gente foi torturada até a morte pelos guardas stalinistas...’ (pp. 63-65)

Ali Kamel perguntou por onde seria possível as crianças saberem das insanidades da Revolução chinesa. Ora, bastaria ter encontrado trechos como estes: ‘O Grande Salto para a Frente tinha fracassado. O resultado foi uma terrível epidemia de fome que dizimou milhares de pessoas. (...) Mao (...) agiu de forma parecida com Stálin, perseguindo os opositores e utilizando recursos de propaganda para criar a imagem oficial de que era infalível.’ (p. 191) ‘Ouvir uma fita com *rock*ocidental podia levar alguém a freqüentar um campo de reeducação política. (...) Nas universidades, as vagas eram reservadas para os que demonstravam maior desempenho nas lutas políticas. (...) Antigos dirigentes eram arrancados do poder e humilhados por

multidões de adolescentes que consideravam o fato de a pessoa ter 60 ou 70 anos ser suficiente para ela não ter nada a acrescentar ao país...’ (p. 247)

Os livros didáticos adquiridos pelo MEC são escolhidos apenas pelos professores das escolas públicas. Não há interferência alguma de funcionários do Ministério.

O sr. Ali Kamel tem o direito de não gostar de certos livros didáticos. Mas por que ele julga que sua capacidade de escolha deveria prevalecer sobre a de dezenas de milhares de professores? Seria ele mais capacitado para reconhecer obras didáticas de valor? E, se os milhares de professores que fazem a escolha, escolhem errado (conforme os critérios do sr. Ali Kamel), o que o MEC deveria fazer com esses professores? Demiti-los? Obrigá-los a adotar os livros preferidos pelas Organizações Globo? Internar os professores da rede pública em Gulags, campos de reeducação ideológica forçada para professores com simpatia pela esquerda política? Ou agir como em 1964? (SCHMIDT *in* OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2007).

A disputa ficou clara e foi abordada à época (VERMELHO, 2007 e 2007a), já apontando que a polêmica acarretaria a exclusão do livro do catálogo nacional. E no edital seguinte, o primeiro agente convocado pelo jornalista, “o ministério” (Ministério da Educação – MEC) tomou a atitude de retirar o livro de sua lista, com um edital menos exigente a outros livros que não passaram anteriormente, mas que parece ter sido mais exigente com o livro aprovado anteriormente em editais mais difíceis. Se foram as críticas do jornalista que impuseram essa exclusão não há como afirmar categoricamente, porém não há como não ligar os dois fatos, sobretudo em uma sociedade capitalista, em que educação e a imprensa são importantes ferramentas de dominação ideológica e de direcionamento das ações de indivíduos e grupos. Certamente, muitos membros da classe trabalhadora se horrorizaram quando descobriram o que estavam ensinando a “nossas crianças”.

6 | CONSIDERAÇÃO FINAIS

É possível concluir que a inclusão de um livro didático de História que proporciona a formação de um estudante “autoconsciente e crítico” a partir de uma historiografia marxista e da interpretação de fatos históricos a partir de uma análise de classe é uma ação que não condiz com um projeto de educação com que se deve educar os explorados para o trabalho e para o tempo livre, que interioriza uma série de valores que não condizem com a sua posição na divisão social do trabalho, que crie uma *falsa consciência*. Assim, considerar a exclusão do livro *Nova história crítica* do guia do PNLD foi uma ação política por parte do Estado, a partir de uma orientação de classe capitalista, que ao mesmo tempo que se revestiu de uma preocupação com a totalidade da sociedade (“nossas crianças”) não deixou de expor o projeto conservador de classe (“o efeito disso será sentido em poucos anos”).

Esse episódio apenas demonstra que apesar de existirem brechas de atuação dentro dos mecanismos institucionais de dominação da burguesia, a classe trabalhadora deve criar seus próprios mecanismos de ação e emancipação, pois ainda que o Estado

capitalista tenha de ser conquistado, é difícil ocupar qualquer espaço mecanismos extra-Estado como suporte a essa conquista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. **Plano Nacional do Livro Didático**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12391&Itemid=668>. Acesso em: 19 de Fevereiro de 2014.

_____. MEC. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>>. Acesso em: 19 de Fevereiro de 2014.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FREDERICO, C. Lukács: um clássico do século XX. São Paulo: Ed. moderno, 1997.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KAMEL, Ali. **O que ensinam às nossas crianças**. O Globo, 18/09/2007. Disponível em: < http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20070920/not_imp54776,0.php>. Acesso em 19 de fevereiro de 2014.

LUKÁCS. Gyorgy. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Conversando com Lukács. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 1984.

MÉSZAROS, István. A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. A educação para além do capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

_____. Para além do capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **A polêmica sobre a nova história**. Edição n. 452. 25 de setembro de 2007. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/a-polemica-sobre-a-nova-historia/>. Acesso de 27 de março de 2014.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova história crítica: ensino médio 1. ed.** São Paulo: Nova Geração, 2005.

VERMELHO. **O livro que a Globo quer proibir**. 09 de setembro de 2007. Disponível em: < http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=23791&id_secao=10>. Acesso em 22 de maio de 2014.

_____. **Globo pressiona e MEC retirará livro didático das escolas**. 09 de setembro de 2007. Disponível em: < http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=23791&id_secao=10>. Acesso em 22 de maio de 2014.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-438-2

